
A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NA CIDADE DE CLÁUDIA: A PRÁTICA DISCURSIVA ENTRE O NÃO-HAVER E O HAVER NO PROCESSO DE MUNICIPALIZAÇÃO

Cristinne Leus Tomé¹

Resumo

Neste estudo analisam-se as práticas discursivas dos Secretários de Educação da cidade de Cláudia – Mato Grosso, entre 1988 e 2003, em tais ações políticas: a formação e qualificação dos profissionais da educação, a efetivação deste profissional e a estruturação e desarticulação das escolas rurais. O *corpus* de análise é composto a partir de cinco entrevistas com os Secretários que discorreram sobre suas práticas e decisões durante o período em que estiveram na administração pública. A base referencial teórico-metodológica é a Análise de Discurso fundada por Michel Pêcheux. O objetivo foi compreender o discurso considerando deslocamentos entre o não-há e o há, isto é, o processo de municipalização no período entre Cláudia existir enquanto território, mas sem os documentos que comprovassem a sua existência, e, posteriormente, a consolidação da Secretaria de Educação na administração pública com a documentação necessária e o cumprimento das leis.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Prática Discursiva; Secretaria de Educação; Práticas e Ações Políticas

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente e Pesquisadora da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), *Campus* Universitário de Sinop. Membro do Grupo de Pesquisa e Extensão TECER DE UMA DISCURSIVIDADE NA REGIÃO NORTE MATO-GROSSENSE DA AMAZÔNIA LEGAL: contextos e possibilidades de desenvolvimento frente à sustentabilidade. Editora-chefe da Revista Eventos Pedagógicos. Endereço: Rua dos Barús 42, casa 01, Sinop-MT, Brasil, CEP 78550-130. Telefone (66) 8402-9931. E-mail: cristinne@unemat-net.br

1 INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo analisar as práticas discursivas no processo de implantação e consolidação da Secretaria Municipal de Educação² em Cláudia (Mato Grosso), entre os anos de 1988 e 2003. Para isso, entrevistaram-se cinco professores que atuaram como Secretários nesses anos iniciais, sendo que quatro Secretários abordaram a temática sobre suas ações e decisões políticas na Secretaria de Educação e um deles discorreu sobre o contexto histórico-econômico de Cláudia. Nas falas destaca-se como importante o novo discurso político que se estabeleceu e se constituiu a partir das ações implementadas que resultaram no início de um Plano de Carreira, nos Concursos Públicos, na qualificação profissional dos professores e no processo entre a instalação de escolas no meio rural e a nucleação urbana das escolas municipais.

A trajetória dos profissionais da educação na cidade de Cláudia inicia com a chegada dos primeiros colonizadores, vindos da Região Sul do país, nos anos de 1978 e 1979. A Colonizadora SINOP S.A., empresa privada responsável pela implantação de cidades na região da Gleba Celeste, foi a responsável pela urbanização da cidade, tanto na abertura de estradas e ruas, construção dos prédios administrativos, doação de terrenos e parceria na construção das escolas, quanto em trazer os primeiros moradores e trabalhadores. Entre os anos 1978 e 1988, pode-se dividir a história de Cláudia em dois grandes momentos político-econômicos (TOMÉ, 2009).

O primeiro momento seria o **processo colonizatório** contemplando a chegada dos colonizadores e a sua ocupação econômica. Destaca-se que a colonização no interior do Mato Grosso, também entendida como povoamento e exploração, foi definida por Moreno (2005, p. 52) como “[...] processo de ocupação e valorização de áreas disponíveis para o povoamento e exploração econômica [...] um processo indissociável da migração”.

Em Cláudia, a ocupação, tanto urbana quanto rural, teve como características sociais o histórico de um grupo de pessoas que habitavam a região oeste do Paraná e apresentavam peculiaridades culturais semelhantes. Os paranaenses, que emigraram para Cláudia, tinham como atividades econômicas a pequena agricultura familiar, eram proprietários de empresas

² Usaremos a nomenclatura de Secretário e de Secretária de Educação uma vez que os próprios professores que atuaram na administração pública se denominavam assim durante as entrevistas. Apenas uma professora usou as palavras Delegada e Diretora como utilizados nos anos 90, mas também se nomeou como Secretária.

de pequeno porte ou atuavam como profissionais liberais. Ao migrarem para o Mato Grosso, eles vislumbraram o alcance de maiores salários ou lucros na nova cidade.

A ênfase de todo o processo de colonização foi a exploração e o aproveitamento da terra e pode ser dividida em três setores socioeconômicos: (a) os agricultores/pecuaristas, (b) os madeireiros e os (c) profissionais liberais e/ou demais profissões, atividades próprias desde o povoamento:

(a) os agropecuários: no início de Cláudia, a primeira tentativa dos agricultores paranaenses foi a de seguir com a mesma produção agrícola já conhecida no Sul e, aos poucos, irem investindo em novas plantações. O solo pobre e ácido e a falta de transporte adequado para a safra fez com que muitos agricultores desistissem da agricultura e investissem no ramo pecuário;

(b) os madeireiros: as empresas madeireiras que se instalaram em Cláudia tinham como única característica o extrativismo florestal;

(c) os profissionais liberais e demais profissões: junto com os agricultores e empresários vinham os familiares e amigos que atuaram de forma voluntarista nas atividades comerciais e administrativas necessárias para a cidade.

O segundo momento tem relação com o **processo político-emancipatório**: Cláudia alcançou um patamar econômico próximo ou em vias de estabilização, tornando-se um centro urbano que possuía o essencial à sobrevivência de seus cidadãos. Em 1987, a comunidade começou a consolidar a possibilidade de separar-se do Município de Sinop e formar uma administração própria. O desmembramento ocorreu em 1988, com a primeira Prefeitura constituída em 1989 e uma população aproximada de 9.000 habitantes³.

O Secretário de Educação em 2004, Luís Antônio Coelho Campana⁴, menciona características dos imigrantes agricultores e madeireiros no início da colonização:

Luís: A economia na cidade de Cláudia, desde o início da sua colonização, ela foi pautada, a princípio, com a vinda de pequenos agricultores da Região Sul do país, principalmente do Estado do Paraná e, sobretudo, de agricultores, que moravam às margens do Lago de Itaipu. E, quando, então, da formação da represa, o Governo fez as indenizações e muitas pessoas daquela região vieram até Cláudia. E compraram, adquiriram aqui suas terras, com intenção de continuar trabalhando na agricultura. E vieram, também,

³ IBGE - Censo Demográfico de 1991: 9.099 habitantes.

⁴ LUÍS ANTÔNIO COELHO CAMPANA – Sétimo Secretário de Educação de Cláudia de 01/05/2003 a 2004 durante a administração do Prefeito Vilmar Giachini (PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

algumas pessoas, empresários, já na época, madeireiros, atrás da madeira, já que o potencial madeireiro, aqui, foi e é, ainda, muito forte. Então, o início foi assim.

Os colonizadores que chegaram para investir na compra de terras para a agropecuária tiveram suas propriedades no Paraná compradas pelo Governo Federal para a construção da Usina Hidrelétrica Itaipu. Em sua origem, essas famílias eram formadas por pequenos agricultores, com o modelo econômico-agrícola de subsistência, que trabalhavam por empreitada, em outras lavouras, quando necessário. Entre os alimentos plantados, os animais criados e os trabalhos ocasionais em outras propriedades rurais ou mesmo nas cidades, estas famílias conseguiam sobreviver economicamente. A mudança para Cláudia permitiu que eles aumentassem a extensão territorial de suas propriedades ou, conforme o caso, comprassem e construíssem suas casas no centro urbano.

Outras profissões também foram motivadas pela imigração Paraná-Mato Grosso, como na área da saúde (médicos, dentistas, enfermeiros etc.) e profissionais autônomos (profissionais braçais, mecânicos, comerciantes etc.). Neste estudo, destaca-se a profissão do garimpeiro com o exemplo de vida do professor Vilson Vollbrecht⁵. O professor relata que veio ao Mato Grosso incentivado por familiares e amigos que ali moravam com a intenção de trabalhar no garimpo. Primeiramente, ele se estabeleceu em Cláudia, com seus familiares, para depois seguir a outras cidades onde o garimpo começava a ser a atividade econômica principal.

Vilson: Bom, minha vinda para Cláudia, meu atual berço, né, se deu devido a muitas questões. Muitas pessoas [...] vieram da região do Paraná, um dos principais fatores foi referente à indenização da Itaipu Binacional. [...] Principalmente meu maior intuito foi vir para Cláudia para depois ir para a região de Peixoto [de Azevedo] e Guarantã [do Norte], aquela região, que seria a questão do garimpo.

Durante meados da década de 80, a cidade de Cláudia conviveu com uma população cuja característica principal era a rotatividade geográfica, a mobilidade urbana, momento em que as pessoas buscavam melhores condições de vida e de remuneração no trabalho. As dificuldades encontradas pelas famílias no setor agrícola, devido à baixa produtividade do solo e à falta de transporte para a safra, faziam com que procurassem ocupações profissionais

⁵ VILSON VOLLBRECHT – Primeiro Secretário de Educação de Cláudia de 1989 a 1990 durante a administração do Prefeito José Augusto Formigoni (PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

urbanas ou mesmo em outras cidades. O garimpo, pela expectativa do lucro rápido e alto, era uma atividade profissional que atraía.

Com o crescimento da cidade, a partir das levas imigratórias, novos empregos eram gerados no comércio e na administração pública. Os contratos abertos para cargos no Estado e na Prefeitura eram os grandes provedores empregatícios de Cláudia. As escolas, particularmente, tiveram destaques como receptoras e fomentadoras de empregos. Elas abrigavam em seus quadros profissionais com formação diversa, sendo qualificados ou não para a ocupação.

As escolas passaram a ser um fator determinante para a fixação das famílias em determinado lugar. A política para reter as famílias no Município foi a de investir na construção de escolas de 1ª a 4ª séries ao longo das estradas, madeireiras e das propriedades rurais, suprimindo a necessidade de ingresso das crianças na educação no meio rural. No centro urbano, a escola estadual atendia desde a educação infantil até o ensino médio, recebendo as crianças em idade escolar, jovens e adultos.

Nesse processo migratório, muitos desses moradores se assentaram, constituindo um lar nesta nova cidade, como cidadãos claudienses. Aos poucos, essas pessoas passaram a idealizar uma cidade separada do Município de Sinop, com sede e administração próprias. A mobilização se deu por meio de conversas entre fazendeiros e peões, entre empresários e operários, entre sitiantes e moradores urbanos. Em 01 de setembro de 1986, foi criado o Distrito de Cláudia e, a partir desse momento, seus habitantes traçaram como meta a independência política municipal. O processo político-emancipatório durou praticamente dois anos, com uma campanha feita de casa em casa consultando as pessoas sobre a possibilidade de Cláudia tornar-se Município. O Professor Vilson lembra que:

Vilson: Isso foi... o Movimento de Emancipação Política de Cláudia, em 1986, 1987 praticamente, porque a emancipação foi em 1988. Então, a gente trabalhou muito, inclusive, visitando colonos, visitando pessoas, porque o povo ainda ficava nessa..., nem sabia se a emancipação de Cláudia era viável ou não. Então foi a primeira vez, assim, que a gente participou mesmo de todos ângulos.

O Movimento de Emancipação Política constituiu-se em torno da premissa de autonomia político-econômica. Em linhas gerais, os defensores da emancipação propunham o desmembramento, argumentando que a distância entre a cidade de Cláudia e a cidade de

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NA CIDADE DE CLÁUDIA:
A PRÁTICA DISCURSIVA ENTRE O NÃO-HAVER E O HAVER NO PROCESSO DE MUNICIPALIZAÇÃO

Sinop, núcleo do Município, era um entrave para o desenvolvimento econômico, para a instrução, para o acesso à saúde e a outras necessidades básicas da população. A municipalização de Cláudia foi articulada como um espaço social de discussão e defendida como uma vontade geral. O trabalho sócio-político dos moradores acabou por tornar realidade essa causa.

Luís: Ah, sim, isso aconteceu, essa emancipação, na Assembleia Legislativa do Estado, numa sessão especial, elas elevaram à categoria de Município, em 4 de julho.

A 04 de julho de 1988, o governador Carlos Gomes Bezerra sancionou a lei que criou o Município de Cláudia, com a instalação da primeira prefeitura em 1º de janeiro de 1989, com José Augusto Formigoni, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e Acássio Guzzo (também do PMDB) como prefeito e vice-prefeito, respectivamente. O Município que nascia, desmembrando-se do Município de Sinop, perdia parte de seu território inicial como Distrito, permanecendo com 113.146,8470 ha (cento e treze mil, cento e quarenta e seis hectares, oitenta e quatro ares e setenta centiares)⁶.

2 A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.1 “Cláudia não existia. Só existia a localidade”: o fazer existir

No recorte que dá título a esta seção, o professor e primeiro Secretário de Educação de Cláudia, Vilson Vollbrecht, enuncia o momento entre o não-há e o há: “Cláudia não existia”, o que existia era um papel assinado, uma lei sancionada pelo governador que dizia que Cláudia existia.

Neste enunciado, tem-se o sujeito Vilson que é entendido desde a forma-sujeito que o identifica como pertencendo a um contexto social: Vilson, o sujeito que promoveu a emancipação, o sujeito que defendeu a municipalização, o sujeito Secretário. Althusser (1978 apud PÊCHEUX, 1995, p. 183, grifo do autor), ao conceituar forma-sujeito, assinala que “Todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da

⁶ Dados da Portaria MIRAD/SEASC nº 20, de 12 de julho de 1988.

forma de sujeito. A ‘forma-sujeito’, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais”. O contexto político, em sua lei, afirmava que Cláudia existia, e o sujeito Vilson deixa o discurso da emancipação para assumir o discurso do fazer Cláudia existir, assujeitado a esse novo dizer.

Estudar o discurso como efeito de sentidos entre locutores (PÊCHEUX, 1997), seja do Secretário Vilson ou dos outros Secretários, como agente de práticas sociais, é estudá-lo em um contexto histórico, inserido em um conjunto de produção de condições linguísticas que lhe permitiram posicionar-se enquanto sujeito. O momento inicial do discurso do Secretário coincide com o momento em que se implanta uma Secretaria de Educação própria em Cláudia. O discurso de fazer-haver um novo Município interpela novos sujeitos, que se filiam a essa nova proposta política.

O professor segue explicando: o que havia era uma localidade, o espaço de terra, “Cláudia não existia. Só existia a localidade” diz ele. Como um enunciado-síntese em uma relação discursiva, dele decorrem aspectos como: a articulação da ideia de que houve um problema, “Cláudia não existia”, e que urgia a necessidade de sair do verbo no passado, “existia”, para que Cláudia houvesse. A ideia de uma municipalização contava com a lei sancionada, mas não havia documentos sobre essa nova cidade agora criada.

Vilson: Então nós tivemos que encaminhar todos os documentos, para todas as repartições públicas, do MEC, todas as repartições da educação, dizendo que Cláudia hoje é Município, que Cláudia existe.

O enunciado aparece agora engajado ao verbo ser/existir no presente: “Cláudia hoje é”, “Cláudia existe”. Enunciando-o no presente, afirma que existe um novo Município, que é real, e também informa que as medidas legais para criá-lo/mantê-lo estavam sendo realizadas. Os documentos legais deveriam ser escritos, enviados, o discurso sobre o “haver” deveria circular para que esse novo Município fosse parte do real histórico. Acontecia que o novo Município estava tão desfalcado de pertences e acessórios de escritório que a ideia da sua criação saía do plano simbólico e passava agora para o campo concreto de problemas a serem resolvidos. Para datilografar os documentos, necessitava-se de uma máquina de escrever, e a nova Prefeitura contava apenas com uma.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NA CIDADE DE CLÁUDIA:
A PRÁTICA DISCURSIVA ENTRE O NÃO-HAVER E O HAVER NO PROCESSO DE MUNICIPALIZAÇÃO

Vilson: Para você ter uma ideia, durante o período de dia, o pessoal na Prefeitura utilizava a máquina de escrever. E quando ela estava disponível à noite, eu ia lá buscar ela nas costas, levava para a Secretaria de Educação, fazia toda a minha papelada na parte da noite e no clarear do dia eu devolvia a máquina. [...] Nós tivemos que pegar todas as transferências dos alunos, naquela época, de Cláudia, tivemos que pegar em Sinop.

O discurso de união entre o “pessoal na Prefeitura” e o Secretário, para a divisão do trabalho de documentação com apenas uma máquina de escrever, gera a contraposição de que todos aqueles que estavam envolvidos na construção do novo Município tinham em comum um inimigo: voltar ao não-há, um retorno às ambições político-emancipatórias da população.

Sair do não-há era o discurso presente entre os sujeitos envolvidos, este envolvimento discursivo como uma “prática linguística de um sujeito em determinadas condições de produção (sociais, políticas, históricas, etc.)” (GALLO, 1992, p. 27). Isto é, uma prática materializada por enunciados que acabam por serem construtores deste sujeito que, ao mesmo tempo em que o constrói, o submete ao seu próprio dizer. Um sujeito não escapa do seu dizer, mas se prende a ele. O discurso político da organização da Secretaria de Educação de Cláudia se coloca como um discurso realizado por vários sujeitos históricos, um ‘nós’, que atrai vários setores da sociedade que estão unidos no mesmo discurso a favor da municipalização.

A presença de um discurso unificador, neste primeiro momento, é significativa, uma vez que permite uma análise em duas direções: em primeiro lugar, na direção em que todos são responsáveis para que se faça o novo Município, isto é, chama-se para a conciliação não apenas as pessoas envolvidas em Cláudia como também do antigo Município de Sinop; em segundo, a ausência desta participação entre todos os setores sociais que faziam parte deste ‘nós’, acarretaria no fracasso.

A posição-sujeito do Secretário Vilson foi constituída por um jogo de estratégias determinadas pelas posições ideológicas desse processo sócio-histórico. A sua posição, naquela conjuntura, é que permite a análise que “determina o que pode e dever ser dito” (PÊCHEUX, 1995, p. 160). Esse ‘nós’, do qual faz parte, como um sujeito marcado pelo social, ideológico e social, um sujeito determinado por seu dizer, não é compreendido apenas como um sujeito empírico, mas como um sujeito do discurso.

Em 1988, quando Cláudia se separou do Município de Sinop, o professor Vilson assumiu a Secretaria de Educação. Ele era formado no ensino médio como Técnico em

Contabilidade e tinha experiência como professor de escola multisseriada no Paraná. Na época, o Município contava com aproximadamente 24 escolas multisseriadas rurais de 1ª a 4ª séries, algumas distantes até 100 km do núcleo urbano, e com uma média de alunos entre 450 e 480. Como uma das primeiras ações do Secretário Vilson, ele manteve os mesmos professores contratados pela antiga Secretaria, buscando conciliar todas as partes envolvidas – administração municipal, professores e escolas. Assim, determinou que a contratação dos professores para atuarem nas escolas municipais seguiria o seguinte critério:

Vilson: Todos os que trabalharam em Sinop, voltaram a trabalhar em Cláudia. Esse foi o item número um. Quem tinha dois períodos em Sinop, continuou com dois períodos aqui, quem tinha um período em Sinop, um período aqui. Isso até nós nos estruturarmos para fazer o primeiro concurso.

Os mesmos professores que trabalhavam em Cláudia, mas que antes da municipalização eram contratados pela Secretaria de Educação de Sinop, permaneceram como contratados da Secretaria de Educação de Cláudia. Foi respeitada a mesma carga horária de trabalho, a mesma escola e, conforme a necessidade, mais horas de trabalho foram acrescentadas. Ao enunciar essas medidas, o Secretário Vilson realça dois aspectos: a posição da classe dos professores e sua participação no processo de municipalização e o não entendimento desse processo, como um interesse individual político-partidário da cidade. No momento em que foi tomada essa decisão pela Secretaria, evitou-se um início de ruptura com os professores, mantendo todas as escolas funcionando até que houvesse o concurso público em 1989.

A classe dos professores de Cláudia foi vista como uma classe a ser conquistada pela nova administração. Tomando-se em consideração que, naquele momento, os proprietários de terra, os empresários madeireiros e a classe trabalhadora rural e urbana eram os sujeitos a serem escutados e incluídos nos projetos político-econômicos da Prefeitura, os professores tiveram seus direitos atendidos por uma proposta de consenso que resultou no Estatuto do Magistério.

Vilson: Bom, o nosso primeiro Estatuto do Magistério, aliás é... para dizer a verdade ele, Cláudia teve com 120 dias de Município, de emancipação política, e já teve o Estatuto do Magistério aprovado. E, no primeiro ano, não foram assim, tão grandes as expectativas porque a gente, também, não sabia a questão de renda do Município e também para você não estourar o caixa.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NA CIDADE DE CLÁUDIA:
A PRÁTICA DISCURSIVA ENTRE O NÃO-HAVER E O HAVER NO PROCESSO DE MUNICIPALIZAÇÃO

Dentre as medidas tomadas pelo novo Secretário, a partir da transferência de escolas, professores e alunos, para o Município de Cláudia, consta a elaboração do Estatuto do Magistério. Realizou-se o levantamento da qualificação dos professores que atuavam em sala de aula e constatou-se que a grande maioria tinha apenas formação até a 5ª série do ensino fundamental.

Vilson: Não tinha pessoas qualificadas. Professores contratados que tinham 5ª série, que estavam cursando a 5ª, ou já tinham parado com três, quatro anos... de ter estudado. Eles voltaram a trabalhar, dar aula na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries. Para você ter uma ideia, quando eu assumi a Secretaria de Educação, nós tínhamos uma professora que tinha o magistério. Uma professora. E o resto não tinha o magistério. E muitos poucos que tinham o 2º grau. Praticamente quase ninguém. Às vezes, um ou outro que estava frequentando o 2º grau.

O Secretário, em meio ao levantamento realizado, destacou a falta de professores qualificados (5ª série completa) e a pouca adesão ao retorno dos estudos pelos professores (poucos frequentavam o ensino médio). Habilitar o corpo de professores passou a ser um processo discursivo ideológico que se constitui como “a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso [onde] discurso passa a ser o espaço em que emergem as significações” (GALLO, 1995, p. 35). “Não tinha pessoas qualificadas” aponta para o fato de que o processo de habilitação dos professores em magistério, passou a ser uma formulação enunciada por todos os Secretários entre 1988 e 1998, com a realização do primeiro concurso exigindo a graduação em Pedagogia.

A preocupação geral manifestada pelos Secretários com a qualificação dos professores municipais provinha do não cumprimento à Lei nº 7.044 de 18 de outubro de 1982, sobre a educação nacional, que, em seu Art. 30, discorre sobre a formação mínima para o exercício de magistério de 1ª a 4ª séries:

a) no ensino de 1º grau, da 1ª a 4ª séries, habilitação específica de 2º grau;
[...]

§ 1º - Os professores a que se refere alínea "a" poderão lecionar na 5ª e 6ª séries do ensino de 1º grau, mediante estudos adicionais cujos mínimos de conteúdo e duração serão fixados pelos competentes Conselhos de Educação.

[...]

§ 3º - Os estudos adicionais referidos nos parágrafos anteriores poderão ser objeto de aproveitamento em cursos ulteriores.

Cumprir a Lei era uma das ações necessárias para os novos administradores municipais saírem da posição “não-há” para a posição do “Cláudia existe”. Enunciados como “Não tinha pessoas qualificadas” não seriam mais justificados. Para tornar sustentável o Município, o Secretário deveria promover a formação mínima exigida por Lei entre os professores, um 2º grau com habilitação em magistério: um processo que durou uma década.

2.2 “Não tinha pessoas qualificadas” – o processo de habilitar-se em magistério pelo Projeto Logos II e pelo Projeto GerAção

A inexistência de professores qualificados provocou uma série de ações na Secretaria de Educação que visavam reverter esse quadro e constituir um corpo de professores aptos legalmente para atuarem em sala de aula. Cláudia, esse Município grande em território, pequeno em população e dependente economicamente dos setores de extrativismo florestal e agropecuário, é o cenário que propicia a emergência do discurso da habilitação, e que dá condições para que seja construída a existência desse discurso.

Vilson: Mas para você ter uma ideia, em 1990 o pessoal começou a trabalhar e a fazer o Logos, a média de um professor que tinha é... concluído o Ensino Médio era de 8 salários mínimos, para 40 horas. Então, isso se fosse Ensino Médio, é... Magistério. Lógico que depois vinha caindo um pouco. Eu não me lembro exatamente, mas o menor salário que nós pagávamos era de 4,8 salários mínimos que seria aquele professor que tinha 5ª, 6ª séries.

O sujeito Wilson, falando da posição de Secretário, nos relata as ações tomadas no processo de qualificação e as consequências resultantes: maior qualificação gerava um salário maior. Na relação entre a Secretaria e o corpo de professores, era importante uma construção de interesses que mantivesse as escolas multisseriadas rurais funcionando. As madeiras existentes, grandes captadoras de mão-de-obra, pagavam salários competitivos que faziam concorrência com os salários ofertados pela Secretaria. Os professores que não estavam interessados em voltar a estudar, tinham como proposta imediata, o trabalho nas madeiras.

O projeto de municipalização passava também pela necessidade de construir um posicionamento da classe dos professores quanto à qualificação. A Secretaria apresentou a proposta da continuidade da qualificação no ensino médio pelo Projeto Logos II que já vinha

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NA CIDADE DE CLÁUDIA:
A PRÁTICA DISCURSIVA ENTRE O NÃO-HAVER E O HAVER NO PROCESSO DE MUNICIPALIZAÇÃO

ocorrendo desde antes do desmembramento. O Projeto Logos II, era um curso de nível médio para o magistério e tinha a

[...] finalidade de atender os professores leigos em serviço. O professor lotado em sala de aula num turno diferente ao de seu trabalho estudava e tirava dúvidas no Núcleo com os Orientadores e Supervisores Docentes (OSD). Por estarem atuando em sala de aula, os professores tinham o estágio supervisionado na própria sala. A avaliação era aplicada através de provas vindas do CETEB, em cada módulo, totalizando 203, divididos por disciplina. Ainda existiam, mensalmente, encontros pedagógicos chamados de microensino. A nota mínima exigida para aprovação era 8 (oito). (ACRE, 2008, p. 16).

As aulas do Logos II eram realizadas em Sinop e todos os professores da rede municipal foram convidados a continuar ou mesmo ingressar no Projeto. O professor em Cláudia recebia o material de estudos impresso sob a forma de módulos. Os cursistas estudavam sozinhos ou em grupo e escreviam resumos dos livros das matérias. Quando tinham dúvidas, eram orientados pelo representante do Projeto em Cláudia. Assim que os professores faziam as provas, iam eliminando os módulos até a conclusão do ensino médio.

Ao mesmo tempo em que a Secretaria tinha como meta a qualificação do seu corpo de professores, nem todos os professores em sala de aula, tinham como meta continuarem como profissionais da educação. Os salários atrativos em outros setores eram uma realidade, apresentando aos docentes outras oportunidades de emprego. A saída encontrada pela Secretaria foi a do aumento salarial:

Vilson: Então, nossas dificuldades, naquela época, foram grandes porque o problema, aquela história, seria cativar o professor para fazer: "Como que vamos daqui a Sinop? Como que vai ser feito?" Então, veja bem, nós demos um aumento num percentual de 20% para o professor, para ele começar a fazer o Logos. Então, no momento que ele assinou o termo de compromisso dele começar de cursar o Logos, ele recebeu um aditivo de 20%. Isso numa lei aprovada pela Câmara de Vereadores.

No caminho que norteou a construção do discurso político entre o não-há e o há, temos a forma como a Secretaria de Educação construiu uma aliança de interesses mútuos entre a emancipação de Cláudia e a constituição de um corpo docente habilitado em magistério para a sala de aula.

Na fala do sujeito Secretário encontram-se presentes o lugar social do Secretário (“nossas dificuldades foram grandes... cativar o professor para fazer”) e também o lugar social

dos professores (“Como que vamos daqui a Sinop? Como que vai ser feito?”). Referenciando Pêcheux (1997, p. 82), é possível compreender que os sujeitos, dentro de processos discursivos de significação,

[...] designam lugares determinados na estrutura de uma formação social [...] assim, por exemplo, no interior da esfera da produção econômica, os lugares do ‘patrão’ [...], do funcionário de repartição, do contramestre, do operário, são marcados por propriedades diferenciais determináveis.

Sua fala é assujeitada à prática discursiva daquele momento histórico, emergindo a dispersão que se encontra nas diversas posições-sujeito (seus lugares sociais), dele próprio como Secretário e como professor em formação pelo Logos.

Na prática discursiva desse sujeito, por dentre seus lugares sociais ocupados, é que se constitui o momento em que o sujeito se inscreve no “[...] complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas” (PÊCHEUX, 1995, p. 213). Nesse “complexo contraditório-desigual-sobredeterminado”, o efeito da contradição acontece nas posições do sujeito, seus lugares sociais ocupados, quando do seu relacionamento com sua forma-sujeito, isto é, o sujeito histórico. Na relação entre o intradiscorso e o interdiscorso, na relação entre a língua e a formação discursiva, se realizam as práticas discursivas e, nesse processo, é que se produzem os sentidos históricos como efeitos deste sujeito histórico. Para Pêcheux (1995, p. 213-214, grifo do autor):

[...] a questão do discurso na forma-sujeito: uma vez que não existe prática sem sujeito [...] a questão da prática discursiva levará necessariamente à questão do efeito do complexo das formações discursivas na forma-sujeito. Não se trata de dizer, porém, que uma prática (discursiva ou não) seja a prática do sujeito [...] mas sim de constatar que todo sujeito é constitutivamente colocado como autor de e responsável por seus atos (por suas “condutas” e por suas “palavras”) em cada prática que se inscreve [...].

Ao ser “colocado como autor” e “responsável por seus atos”, “em cada prática”, nos seus atos cotidianos, o sujeito parte da posição imaginária em que se encontra, que é definida pelas condições de produção do discurso. É desta posição que o sujeito se coloca como se fosse autor, fonte e origem de seu dizer. É na prática discursiva que ele vai ser “responsável por seus atos”, vai buscar, dar sentidos ao que se mostra e filiar-se aos discursos já-dados.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NA CIDADE DE CLÁUDIA:
A PRÁTICA DISCURSIVA ENTRE O NÃO-HAVER E O HAVER NO PROCESSO DE MUNICIPALIZAÇÃO

A partir das ações da Secretaria, podemos destacar alguns pontos que indicam uma continuação do trabalho realizado pela Secretaria de Educação de Sinop à qual pertenciam.

Para a Secretaria de Educação de Cláudia passar a existir, era preciso manter as escolas, seus professores e alunos, como vinha ocorrendo na Secretaria de Sinop. Seu sucesso se deu em permanecer na mesma linha de atuação (mesmo Projeto de qualificação para os professores em aula, mesma carga horária, mesma escola), evitando enfrentamentos desgastantes. Assim, notamos que a Secretaria de Cláudia, seus representantes e seu Secretário buscaram construir um espaço de autonomia dentro do possível, não impondo diretrizes que poderiam comprometer seu objetivo.

Com a qualificação dos professores ocorrendo, em 1989, foi realizado o primeiro concurso público para o magistério que teve como pré-requisito o ensino médio completo, iniciando-se, assim, o processo seletivo do quadro docente.

O Projeto Logos II continuou qualificando professores por mais cinco anos, até 1994, sem, contudo, alcançar o objetivo da Secretaria de Educação de habilitar em magistério todos os professores da rede municipal. Alguns professores não terminaram o Projeto, alegando a distância entre a cidade de Cláudia e Sinop para realizarem as provas, ou por estarem 40 horas/aula em sala e não terem tempo para escrever os resumos exigidos e estudarem para as provas.

As dificuldades apresentadas pelos professores motivaram a Secretaria a investir em uma nova proposta para a qualificação do seu corpo docente. Durante a gestão da Secretária Maria Benedita Palharim⁷, iniciou-se a qualificação dos professores pelo Projeto GerAção. O discurso da habilitação profissional pela Secretária retoma o espaço discursivo da Secretaria de Educação. Como uma prática discursiva na Secretaria, o discurso da habilitação profissional se multiplica entre os sujeitos envolvidos, do governo estadual ao municipal, do Secretário aos professores.

O Projeto GerAção foi um Projeto desenvolvido em parceria da Secretaria Estadual de Educação e das Prefeituras Municipais do Mato Grosso, entre os anos 1995 e 1999. Sua proposta era habilitar os professores da zona rural em nível 2º grau para o magistério. Podiam participar do Projeto professores da rede estadual e da rede municipal de educação infantil, de 1ª a 4ª séries.

⁷ MARIA BENEDITA PALHARIN – Quinta (1997 a 2000) e sexta (2001 a 10/02/2003) Secretária de Educação de Cláudia na administração do Prefeito Vilmar Giachini (PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

Benedita: A partir de 1997, conseguimos implantar... e conseguimos trazer, também, um projeto que era o Projeto GerAção. O objetivo do Projeto era Gerar a Ação. Nós pegamos professores da zona rural, professores de dentro do Município, mas que também não tinham o 2º grau completo. [...] Porque nós precisávamos de pessoas preparadas para trabalhar com alunos que a deficiência era muito grande. Então, professores de 5ª, de 6ª séries, professor que estava no 1º ano do 2º grau, mas que não era na área de educação, nós pegamos todos esses professores, fizemos uma sala, uma turma de 50 alunos e iniciamos o Projeto GerAção.

As aulas foram divididas em duas etapas: a) a Etapa Letiva Intensiva, realizada durante as férias escolares com disciplinas das áreas de Linguagens, Ciências e Estágios, e acompanhamento de professores e monitores do Projeto, e b) a Etapa Letiva Intermediária, um momento para acompanhar o trabalho dos professores cursistas, em um total de carga horária de 2800 h. (STRENTZKE, 2011).

Benedita: Olha, as etapas eram no período de férias. Os professores estudavam no mês de julho, tinha 30, 35 dias, e de dezembro a fevereiro também. E tinha também as Interpostas. Porque tinha a apresentação de alguns trabalhos. Então, aquela disciplina que exigia maior carga horária, o professor vinha uma semana, [...], fora da etapa, para ele estar trabalhando com os alunos.

O Projeto GerAção foi desenvolvido na própria cidade de Cláudia, aberto a todos os professores rurais e com todo o material fornecido gratuitamente aos cursistas. As práticas de Estágio, com acompanhamento dos professores e monitores do Projeto, foram um diferencial do Logos II, que foi recebido pelos professores cursistas como um ponto positivo.

Benedita: Os professores que vinham dar esse curso [de] magistério, tinha a professora Marineusa, que era ótima professora, doutora em Matemática, ela era do Estado de São Paulo, tinha a professora Clarice de Cuiabá... Tinham vários professores, professores bons mesmo, professor doutor, mestre, que veio trabalhar com esse pessoal nosso aqui. O trabalho era através da Secretaria do Estado de Educação, então muitos coordenadores eram da SEDUC.

Ao longo do Projeto GerAção se constituiu um discurso didático-pedagógico que fazia oposição às práticas de aprendizado do Projeto Logos II pelos professores cursistas. Havia a interação dos cursistas com os professores que trabalhavam neste Projeto, o que não

ocorria no Logos. A prática pedagógica do Projeto GerAção passou a ser discursivamente construída como uma prática para a sala de aula da escola multisseriada, com a aceitação dos professores cursistas.

***Benedita:** A gente aprendeu a trabalhar projeto de pesquisa. E foi muito importante que os professores, eles aprenderam a trabalhar com os alunos em sala de aula e no campo. Eles levavam os alunos... é... "Vamos trabalhar hoje a folha da castanha?", então eles levavam os alunos lá na castanheira e os alunos trabalhavam a folha da castanha, como que era, se era áspera ou não. Todo este sistema pedagógico que se trabalha, e depois eles anotavam e traziam para a sala de aula. Isso já começou desde... de 1ª, 2ª, 3ª séries trabalhando isso. Então, foi assim, a mudança foi muito grande.*

“A mudança foi muito grande” está na fala da Secretária, que traz o discurso da mudança do olhar didático dos professores em relação a seus alunos, em sala de aula. Se instaura em Cláudia um novo processo de ensino, em contraposição ao marcado pela conformidade do lugar-comum. Nem todo o corpo de professores foi interpelado pelo discurso pedagógico de projetos de pesquisa como atividade didática, mas a mudança se iniciara.

A reforma pedagógica proposta pela Secretaria foi elaborada para funcionar em todas as escolas rurais, debatida com os professores nas reuniões. “A mudança foi grande”, uma vez que os professores passaram a estudar com seus alunos, não mais como executores ou fiscalizadores de um conteúdo dado, mas a partir de uma nova abordagem teórica predeterminada pelo discurso da Secretaria de Educação e Cultura do Mato Grosso (SEDUC).

A SEDUC estava preocupada em construir um discurso de habilitação em magistério de seus professores, e esse discurso se repetiu durante o Logos II e o GerAção em Cláudia. A construção de um corpo de professores qualificados legitimou a Secretaria de Educação enquanto um local discursivo. A qualificação reforça a posição da Secretaria como um espaço institucional favorável ao discurso do fazer Cláudia existir – não somente como um território, mas como uma cidade. A Secretária Benedita, em sua fala, se inscreve em uma prática discursiva neste complexo de “condutas” e “palavras” pela qual responde (PÊCHEUX, 1995).

2.3 “O primeiro concurso público” – os professores se efetivam

O ano de 1989 foi um ano em que a Secretaria de Educação assumiu a posição de seguir os parâmetros legais de formação de seu corpo docente, para o trabalho nas primeiras séries do ensino fundamental, promovendo duas frentes de trabalho concomitantes: a qualificação dos professores e o concurso público. É nesse espaço discursivo que os professores de Cláudia são inseridos, no espaço da habilitação em 2º grau.

Vilson: Olha, o primeiro Concurso Público de Cláudia se deu em 1989, [...] a maioria deles [professores] conseguiu aprovação nesse concurso. [...] Os professores que não passaram porque não tinha qualificação de 2º grau. [...] E... foi um Concurso assim, que, a maioria do pessoal que trabalhou conosco, que estava trabalhando em Sinop, e vieram trabalhar em Cláudia, continuaram trabalhando. A maioria deles conseguiu alcançar seu objetivo.

A partir do momento em que a Secretaria passou de Sinop para Cláudia, ela reiterou seu comprometimento com os anseios do corpo de professores, instaurando-se um discurso em que a unidade entre os setores sociais era necessária para assegurar o fortalecimento da municipalização em Cláudia.

No recorte supracitado, o sujeito Secretário seleciona os seus enunciados, “constitutivamente colocado como autor” (PÊCHEUX, 1995), ocupando, assim, sua posição de sujeito. Posição que pode ser de mandar, obedecer, compartilhar, ou outras, mas que em todas elas, o sujeito se colocará frente a um dizer, a uma conduta, a uma ação. No seguimento “A maioria do pessoal que trabalhou conosco”, o Secretário se filia a sentidos já-dados presentes no discurso da habilitação profissional docente. Nesse complexo de filiações, produz o seu gesto de interpretação no discurso político, caracterizando a sua posição de Secretário. O Secretário se filia ao discurso político e se sujeita a ele, se filia/é filiado aos sentidos que constitui/é constituído, passando a significar o seu dizer a partir da posição dada.

Mesmo com as intenções de promover as qualificações e a inserção de todos dentro da Lei nº 7.044, a manutenção de antigos modelos para o ingresso à profissão de professor se perpetuou. A Secretaria de Educação enfrentou dificuldades de contratação em relação às escolas muito distantes do centro urbano. O fato de o Município não dispor de transporte público eficiente para essas regiões, impedia que um professor se deslocasse de sua residência para as escolas rurais sem usar transporte próprio.

Durante esses anos iniciais do Município, foi uma prática recorrente a contratação de professores sem habilitação em magistério, para atuarem em escolas multisseriadas rurais mesmo depois do concurso público.

Vilson: Mas mesmo assim, o grande problema é... que naquelas regiões longe, os professores que estavam atuando, que tinham 5ª série, 6ª série, era muito complicado o concurso, porque o concurso foi já mais a nível de 2º grau.

Nesse período, a existência de escolas com professores habilitados e de escolas com professores não-habilitados foi uma constante, marcado por acordos com os empresários madeireiros, com os proprietários de terras, com as comunidades para que pessoas do próprio local assumissem a escola no papel de professor.

O discurso político assumido pela Secretaria foi o de continuar os projetos de qualificação profissional, ao mesmo tempo em que abria concursos na área. Durante a qualificação no Logos II e no GerAção, a Prefeitura manteve o ingresso com concursos em 1991 e em 1993. Os concursos que se seguiram, em 1998 e 2003, já exigiam para ingresso a graduação na área específica para os professores.

2.3 “O convênio com a UNEMAT” – o ingresso dos professores municipais na universidade

No ano de 1994, a Secretária de Educação Edna Costa Cavenaghi⁸ estabeleceu um convênio entre a Prefeitura de Cláudia e a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), *Campus* Universitário de Sinop, para a realização de uma extensão do Curso de Pedagogia na própria cidade. A ideia de levar para Cláudia uma graduação foi concebida após um levantamento prévio mostrando que havia somente cinco pessoas com formação superior na cidade: três médicos e dois pedagogos. Com base nesse quadro, a Secretária decidiu que era o momento de formar os professores da rede municipal como pedagogos.

Edna: O convênio com a UNEMAT foi assinado parece-me que em 95. As aulas começaram em 96. É, foi final de 95, foi a tramitação. Eu tive a ideia [...] que levaria os

⁸ EDNA COSTA CAVENAGHI – Quarta Secretária de Educação de Cláudia de 1993 a 1996 na administração do Prefeito Nelson Corá (PFL – Partido da Frente Liberal).

professores, funcionaria o curso lá, fazia a carga horária, no período de férias, no período intensivo. E a prefeitura estaria pagando esses profissionais.

Com o apoio do Prefeito e o interesse da UNEMAT em montar uma turma especial na cidade de Cláudia, com a mesma matriz curricular e o mesmo corpo de professores da universidade, as aulas iniciaram em 1995. O número de professores cursistas inscritos para o curso de Pedagogia era de 69, que foram divididos em duas turmas.

As aulas eram ministradas em dois momentos: o primeiro, o Intensivo, com maior carga horária, e o segundo, a Interposta, com a avaliação e a finalização da disciplina. Os professores municipais tinham aulas durante as férias escolares, não interferindo no calendário de trabalho. Durante o Curso de Pedagogia, as aulas ocorriam na parte da manhã e da tarde, inclusive aos sábados. Durante mais de 30 dias, os alunos tinham o período Intensivo e, após, em um intervalo semestral, a Interposta.

Edna: Isso, era o Intensivo, aula de manhã e de tarde, às vezes tínhamos trabalho à noite, também, aos sábados. Então, era período intensivo mesmo. Aí vinha as interpostas, a cada 30 dias. O profissional daquela disciplina que foi trabalhada naquele percurso, ele voltava e fazia uma complementação do trabalho. [...] Crescemos muito, acredito que Cláudia cresceu demais, com todo esse processo, essa transformação. Hoje Cláudia tem um quadro de professores de todas as escolas, pelo que eu saiba, com formação em terceiro grau. E isso é muito importante. Porque eu entendo que quem ganhou, também, foi a comunidade. A comunidade ganhou muito com essa mudança que foi implantada lá.

No recorte acima, a Secretária marca a sua posição enquanto articuladora desse “processo de transformação”. A partir do ponto central, que foi o seu empenho em construir um acordo entre Prefeitura e Universidade do Estado, formando seu corpo docente em pedagogia, pode-se analisar o seu discurso, em torno da unidade de todos os interessados, a própria Secretaria, como governo, o corpo de professores, os alunos nas escolas e a comunidade em geral.

Enquanto ocorria o convênio com a UNEMAT de Sinop, outro convênio foi assinado com o Município de Sorriso para graduação em Pedagogia, pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) com cinco vagas destinadas aos professores de Cláudia. Nesse convênio, os professores cursistas de Cláudia eram liberados pela Secretaria para se deslocarem até o Município de Sorriso, a fim de concluírem as disciplinas. Essa turma especial de Cláudia iniciou a graduação em 1995 e terminou em 1998. As despesas com

deslocamento, hospedagem e alimentação eram arcadas pelo próprio convênio ou pela Prefeitura de Cláudia.

Desses dois acordos para graduação em Pedagogia, seguiram-se outros, sempre destacando-se o compromisso histórico dos Secretários em qualificarem o seu corpo docente, por meio de convênios firmados com a SEDUC e a UNEMAT.

3 AS ESCOLAS MUNICIPAIS RURAIS: DA EXPANSÃO À NUCLEAÇÃO

As escolas municipais de Cláudia herdaram seu papel de atendimento às localidades mais distantes do Município de Sinop, antes de 1988. Com a municipalização, o quadro de escolas e professores manteve-se o mesmo, em um primeiro momento, modificando-se conforme a necessidade do próprio crescimento da zona rural. O núcleo urbano da cidade era atendido somente pela escola estadual até a municipalização, quando passou a contar também com uma escola municipal.

O território de Cláudia era dividido em várias escolas rurais, sempre próximas aos principais setores econômicos da cidade. As escolas localizavam-se nas próprias madeiras ou em estradas (encruzilhadas) que permitissem a chegada dos alunos de suas moradias. O Secretário Melchior Tilton⁹, no recorte a seguir, discursa sobre a dificuldade no atendimento às escolas rurais devido à grande extensão territorial, ao atendimento das escolas da cidade União do Sul, que passaram para o Município de Cláudia, e à falta de condições das estradas:

Melchior: Olha, a maior dificuldade que nós tínhamos, na época, era o deslocamento. As escolas não eram concentradas aqui na sede, eram todas elas, assim, ao redor. Tinha assim, se não me falha a cabeça, tinha 17 escolas para atender, e com estradas ruins, o transporte também precário... O primeiro mandato do prefeito, então, foi uma época muito difícil que nós enfrentamos, inclusive União do Sul, que hoje é Município, transferiu tudo pra cá [as escolas]. Então, o maior problema foi assim, o transporte, né.

O 'nós' mais uma vez, coloca-se como o Secretário, os professores e alunos, a prefeitura de Cláudia encampando as escolas de União do Sul, no espaço discursivo político-social de dentro do governo. O Secretário assume a proposta da manutenção das escolas rurais

⁹ MELCHIOR TITTON – Segundo Secretário de Educação de Cláudia de 1991 a 1992 na administração do Prefeito José Augusto Formigoni (PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

(ao todo, 17 escolas a serem atendidas) relacionada com a adjetivação de baixas condições (“maior dificuldade”, “muito difícil”, “o maior problema”), quando discrimina o contexto escolar. No jogo discursivo que se legitima em uma prática, entre o que permanece e o que se exclui, o Secretário se posicionou pela manutenção, mesmo com a falta de recursos do Município, para um atendimento de qualidade.

O transporte é enfatizado como o grande mal que prejudica o bom atendimento das escolas distantes. E o transporte significa aqui “deslocamento” – as estradas eram de terra, firmes e poeirentas na época da seca e barrentas e empoçadas na época da chuva, configurando-se, em alguns períodos, como intransitáveis. A tese defendida pelo Secretário Melchior, que é gestada no próprio espaço institucional da educação, reflete a discussão de todos os moradores, na época, sobre as más condições em que Cláudia tornou-se Município. Nem sempre os Secretários conseguiam chegar às escolas, nem sempre era possível os professores deslocarem-se, assim como nem sempre os alunos podiam sair de suas casas. O atendimento às escolas mais distantes era pautado, muitas vezes, pelas condições de trafegabilidade das estradas, e não pela necessidade escolar. Compreensível muitas vezes, mas também motivo para um acompanhamento tímido que refletia na falta de funcionalidade para o bom andamento do sistema educacional como um todo.

Na administração da Secretária Edna, ela também menciona a diferença no atendimento realizado nas 17 escolas rurais, mais afastadas do centro urbano, e nas escolas mais próximas:

Edna: A sede [urbana] tinha duas próximas, que é a Canozo¹⁰ e a do Zeninho lá em cima, que depois mudou o nome¹¹, e tínhamos mais 17 rurais, né. E tínhamos uma creche na Rohdenorte¹² e uma creche na cidade. E tinha uma escola aqui na fazenda do Paulo Henrique de Abreu, aqui, na Fazenda Primavera, que ficava mais de 40 km da sede. Ah, e sem contar que nós tínhamos [as escolas de] União do Sul, também, que eram parte da minha administração, e tínhamos lá 3 escolas, fora a sede, entendeu. Então, era muito grande a área para administrar. Então, assim, eu percorria todas as escolas rurais [durante a semana], e a União do Sul eu ia a cada 15 dias. Porque nós tínhamos lá mais de 500 alunos, então tinha que ter um acompanhamento mais de perto.

¹⁰ CATARINA CANOZO – Escola Municipal Rural. Distante da sede 2 km. Localizada na Madeireira Canozo.

¹¹ DILMA - Escola Municipal Rural Dilma. Na Estrada Dilma. Aproximadamente 3 km da sede da cidade na Vila Industrial. Em julho de 1994, durante a administração de Nelson Corá na prefeitura, ela passou a se chamar BASÍLIO BASTOS DOS SANTOS, nome de um antigo morador.

¹² ROHDENORTE – Escola Municipal Rural. Distante da sede 10 km. Localizada na Madeireira Rohdenorte.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NA CIDADE DE CLÁUDIA:
A PRÁTICA DISCURSIVA ENTRE O NÃO-HAVER E O HAVER NO PROCESSO DE MUNICIPALIZAÇÃO

O fragmento anterior reforça as características de uma prática discursiva constituída pela Secretaria de Educação que reforça a manutenção das escolas, mesmo as mais distantes, por mais precário que fosse o atendimento, e não a sua desativação. A Secretária Edna cita as escolas rurais mais afastadas, ao mesmo tempo em que nomeia alguns proprietários de madeiras que mantinham escolas em suas propriedades.

Ao citar as pessoas de fora do contexto escolar (madeiros e fazendeiros), mas interessados na sua manutenção e permanência, a Secretária destaca a participação da sociedade nos interesses municipais como um todo, apresentando a sua relação com os outros como um lugar de possibilidade de discussão política (“na do Zezinho, na do Paulo”). A proximidade das relações econômicas e educacionais se completam: o setor econômico mais importante era distante da sede urbana, e a Secretaria de Educação provinha esse setor com escolas e professores.

O discurso da manutenção das escolas municipais rurais muda durante a gestão de Benedita, na Secretaria de Educação, quando ela aponta que a deficiência no atendimento às escolas mais longínquas tinha que ser resolvida.

Benedita: *Nós tínhamos 16 escolas rurais, no início eram 18, depois caiu para 16 escolas mas com grande deficiência...*

A “deficiência” no atendimento às escolas distantes, assim como o número crescente de crianças em idade escolar no Município, obrigou a nova direção a reorganizar as suas metas assim como a atuar na redistribuição das escolas da rede municipal, tanto na educação infantil quanto de 1ª a 4ª séries. A Secretária destaca a grande imigração de trabalhadores que houve durante a sua gestão, em busca de empregos, forçando uma adequação para alocar todas as crianças em idade escolar. A Secretaria centrou sua meta no atendimento de 7 a 14 anos e cessou de atender a Pré-Escola I:

Benedita: *E, por esse motivo, a partir também de 1998, 99 é... nós diminuimos o atendimento ao ensino de educação infantil, porque a exigência é que sejam atendidas as crianças de 7 a 14 anos. Então, para que nós pudéssemos atender as crianças de 7 a 14 anos, que o nosso Município é um Município onde todos os anos vem muita gente pra cá, é... a imigração é grande, então, nós deixamos de atender as crianças do Pré-Escola I, que nós dizíamos, né. Então, nós atendemos o Pré-Escola II, que é a preparação para a 1ª*

série, para as crianças entrarem na 1ª série. E a partir dali, nós procuramos atender todas as crianças de 7 a 14 anos.

Ao mesmo tempo em que a Secretária centrou seu trabalho em uma faixa etária, organizou um levantamento das crianças que estavam fora da sala de aula. No recorte a seguir temos que, com o apoio do Conselho Tutelar, a Secretária buscou conhecer os motivos pelos quais os pais não matriculavam seus filhos e, conforme a resposta, providenciar o material escolar ou mesmo a roupa, em uma tentativa de reverter este quadro:

Benedita: *De uma forma ou de outra, nós estamos sempre procurando [saber], quando não sabemos o Conselho [Tutelar] nos informa, se tem uma criança fora da sala de aula. Nós vamos conversar com os pais e trazer essa criança para a escola. E se for necessário, [como a] falta de material, a gente dá material para essa criança, roupa para essa criança, para que ela possa vir para a escola.*

Na passagem citada mais uma vez encontramos um ‘nós’ presente no discurso da Secretária. Aqui o ‘nós’ passa a incluir uma outra força social, o Conselho Tutelar de Cláudia. Como Secretária, Benedita defendia os interesses da política educacional de que toda a criança tem direito ao estudo e chama como aliado o Conselho Tutelar, outro órgão interessado na defesa dos direitos das crianças.

Ainda em relação ao ‘nós’, destacamos as ações por parte da Secretária na relação com as famílias imigrantes: o levantamento de quem chegou, o motivo do não comparecimento nas escolas e as possíveis soluções encontradas.

O discurso do compromisso com a educação, presente na mobilização da Secretária para que toda a criança estivesse na escola, também retorna quando discorre sobre a questão precária das estradas que influenciavam na falta de acompanhamento pedagógico e de atendimento às escolas mais distantes. Aqui a Secretária, enumera as condições de atendimento prejudicadas quando fala no atraso da entrega da merenda escolar e do material didático.

Benedita: *A merenda escolar também vinha de Cuiabá, ela já vinha pronta, enlatados, né. [...]. E... pela dificuldade de estrada naquela época, a gente não conseguia atender as escolas rurais. Então, faltava material didático, faltava merenda escolar para as escolas rurais.*

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NA CIDADE DE CLÁUDIA:
A PRÁTICA DISCURSIVA ENTRE O NÃO-HAVER E O HAVER NO PROCESSO DE MUNICIPALIZAÇÃO

A questão da falta de merenda, de material escolar, somada ao problema antigo da falta de professores qualificados, para as escolas mais distantes e da preferência dos professores por atuarem nas escolas mais centrais, foram indicações para promover o discurso da nucleação das escolas na sede urbana, iniciando o desmonte das escolas rurais e o seu agrupamento na escola municipal central. O percentual altíssimo de escolas unidocentes de 1ª à 4ª série e a carência de espaços educativos mais condizentes ao trabalho docente, aliados à falta de cuidados com a saúde do estudante, foram elementos apontados pela Secretária ao defender a implementação do programa de transporte escolar para o Município.

As marcas das regularidades do dizer sobre as dificuldades encontradas com a questão das escolas rurais mais distantes, permeou uma prática discursiva entre os Secretários de Educação até aqui, quando entra o discurso do transporte escolar. Um processo de reconfiguração discursiva se instaura quando este sujeito Secretário é interpelado por essa outra determinação histórica que se entrecruza ao discurso da dificuldade no atendimento rural. Pêcheux (1995, p. 206) apresenta a prática política do sujeito como um processo, compreendida em um contexto histórico; como sujeito do discurso, a Secretária toma posição e se coloca como portadora desse novo dizer.

O programa do Governo Federal de transporte escolar foi o que provocou a vinda dos alunos das escolas rurais para estudar na sede urbana. O Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE) foi criado a partir da Portaria Ministerial Nº 955 de 21 de junho de 1994, com verba do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para contribuir com o transporte dos alunos no trajeto residência-escola-residência. O objetivo do Programa era priorizar os alunos, residentes no meio rural, de modo a garantir o acesso e a permanência na escola, evitando a evasão escolar. Cada Município recebia R\$ 50.000,00 ao aderir ao Programa para a compra de veículos escolares. (BARROS, 2001).

Benedita: Mas com o decorrer do tempo, nós conseguimos nuclear as escolas, também por exigência do Governo Federal, nós conseguimos nuclear as nossas escolas e colocamos o transporte escolar. [...] Olha, o motivo de desativar as escolas rurais era a falta de um bom atendimento. Porque na época das chuvas, a estrada é muito ruim, tinha escola que tinha 30, 40, 60 km distante da sede. Então, não tinha professora. Era difícil professor para ir trabalhar naquela escola ou, professor, como hoje, nós já qualificamos o nosso professor. [...] E também pelo, a falta de atendimento, porque essa criança, ela não ia ter o mesmo atendimento que ela teria aqui [no centro urbano], atendimento médico, dentista, e um acompanhamento das coordenadoras.

Vemos, no depoimento da Secretária, exemplos dos privilégios (saúde e educação) que eram negados aos alunos da escola rural, em relação ao aluno que estudava no centro urbano. O processo de nucleação buscou diminuir essa defasagem que havia entre o atendimento das escolas municipais. A Secretária, como sujeito, produz e reconhece os sentidos na relação língua e história, que se constitui como uma prática discursiva identitária. As práticas discursivas no interior desse espaço, que foi a Secretaria de Educação, determinaram quem podia, ou quem devia, ter acesso ao que o centro urbano oferecia.

A chegada dos alunos das escolas rurais ao centro urbano gerou o inchaço das salas de aula da única escola municipal, a Daniel Tilton, durante o período de adaptação ao novo modelo.

Benedita: Nuclear as escolas foi uma forma que nós conseguimos fazer para atender melhor as crianças. Trouxe problemas, também, porque os alunos que nós tínhamos na rede rural, esses alunos nós trouxemos para a Escola Municipal Daniel Tilton que é a única escola que tem na cidade da rede municipal. Mas, com o transporte escolar, também, alguns alunos foram estudar na escola estadual. E, com esse motivo de nuclear as escolas, quis dizer, que a gente desativou as escolas rurais e trouxemos nossos alunos para o centro. Então, inchou as salas de aulas. Então, teve ano, que nós tivemos que atender alunos em salas de catequese, né. As salas de aula tinham 40, 45 alunos, mesmo a gente sabendo que era antipedagógico, mas a gente não tinha onde colocar esses alunos. Mas, foi aonde também, foi bom porque foi aonde a gente conseguiu fazer pressão em cima do Prefeito e conseguimos recursos para ampliar a escola, né. Nós ampliamos a escola com 6 salas de aula e agora, no momento, está sendo ampliada novamente, está sendo construída mais salas de aula.

Este recorte permite identificar alguns aspectos interessantes que auxiliam a compreender como a Secretária Benedita entende o Programa de Transporte Escolar no contexto municipal e escolar. Cabe destacar que o transporte escolar não se restringiu apenas à rede municipal, mas também aos alunos da escola estadual que atendia todo o ensino fundamental e médio. Assim, o aluno da zona rural não ficava desatendido na continuação de seus estudos, a partir da 4ª série e nem pela falta de transporte para o centro urbano.

O grande número de alunos na Escola Municipal Daniel Tilton trouxe também a necessidade da construção de mais salas de aula para atendimento dos alunos. A Secretaria de Educação tomou a posição de aderir ao Programa de Transporte, mesmo sem espaço assegurado para a ocorrência das aulas e, durante o processo de acomodação, acelerou a

pressão com o prefeito para corrigir a falta de salas de aulas. O fechamento gradual das escolas rurais promoveu uma política de investimentos na escola municipal urbana com ampliação da estrutura do prédio escolar e melhorias na infraestrutura.

4 CONCLUSÃO

Nesta síntese das práticas políticas dos Secretários de Cláudia, uma sequência de ações tomou forma e se estruturou: a qualificação de seus profissionais, o concurso público, a manutenção de um grande número de escolas rurais e a sua nucleação. Como diria Pêcheux (1995, p. 218), “[...] a prática não pode ser a prática de um sujeito: não há, para sermos exatos, prática de um sujeito, há apenas os sujeitos de diferentes práticas”.

Os sujeitos que formaram o corpo de Secretários de Cláudia não tinham experiência com a administração pública ou mesmo com a administração escolar. Muitas das ações que vimos, foram mais intuitivas do que teóricas, com a meta do querer acertar. Os moradores se mobilizaram no desmembramento do Município de Sinop para administrar o seu próprio, mantendo, inicialmente, uma prática política motivada por uma série de ações que reportavam aos saberes administrativos de Sinop.

Ao estudarmos os Secretários e sua atuação, como sujeito neste contexto social, estudamos a sua prática discursiva. Inscrito nas práticas discursivas dos Secretários, contemplamos um labirinto de sentidos que perpassavam por dentre pequenas narrativas de acontecimentos. E, nesse contexto, o sujeito produz sentidos por entre ações e condutas. Ao falar de suas decisões, das ações que estabelecia, de suas intenções, o sujeito se posiciona dentro do sistema de condutas, de instituições que promovem a produção e reprodução de seus discursos. Cláudia, que existia apenas no “território”, mas sem documentação, com uma Secretaria de Educação em mesma situação, passou a “haver” quando discursos sobre esse existir se constituíram, tornando-se uma prática, o processo discursivo por meio do qual os Secretários produziram e se filiaram aos sentidos nesse momento histórico.

**THE MUNICIPAL DEPARTMENT OF EDUCATION IN THE CITY OF CLAUDIA:
THE DISCURSIVE PRACTICE BETWEEN THE NON-THERE BE AND THERE BE
DURING THE MUNICIPALIZATION PROCESS**

Abstract

In this study there are analyzed the discursive practices of the Education Secretaries of the city of Claudia in Mato Grosso state, between the years 1988 and 2003. They were researched through these politic actions: the formation and qualification of the professionals of education, the permanently assignment of this professional and the organization and disarticulation of rural schools. The analyzed corpus is comprised from five interviews with the Secretaries that talk about their practices and decisions during the period they were at public administration. The theory and methodology of this research is based on Discourse Analysis by Michel Pêcheux. The purpose of this work was to understand the discourse between the “non-there be” and “there be”, it means, the process of becoming Claudia city a municipality while territory without documents that would give evidence to its existence and subsequently the consolidation of the Department of Education in the public administration with the required documents and the compliance of the lows.

Key-words: Discourse Analysis; Discursive Practice; Department of Education; Practical and Political Action

SECRETARÍA DE EDUCACIÓN EN LA CIUDAD DE CLAUDIA. LA PRÁCTICA DISCURSIVA ENTRE EL NO-HAVER Y LO HAVER DURANTE EL PROCESO DE MUNICIPALIZACIÓN

Resumén

En este estudio se analizan las prácticas discursivas de los Secretarios de Educación de la ciudad de Claudia en el estado de Mato Grosso, entre los años 1988 y 2003 Fueron investigados estas acciones políticas: la formación y cualificación de los profesionales de la educación, la asignación de este profesional y la organización y la desarticulación de las escuelas rurales. El *corpus* analizado se compone de cinco entrevistas con los Secretarios que hablan de sus prácticas y decisiones durante el período en que estuvieron en la administración pública. La teoría y la metodología de esta investigación se basa en la análisis del discurso de Michel Pêcheux. El propósito de este trabajo fue entender el discurso entre el "no-haver" y "lo haver", es decir, el proceso de convertirse en un municipio mientras territorio sin documentos

que darían pruebas de su existencia y, posteriormente, la consolidación de la Secretaría de Educación en la administración pública con la documentación requerida y el cumplimiento de las leyes.

Palabras clave: Análisis del Discurso; Práctica Discursiva; Departamento de Educación; Acciones Prácticas y Políticas

REFERÊNCIAS

ACRE. Coordenação de Educação de Jovens e Adultos. *A política e organização da Educação de Jovens e Adultos no Acre*. Rio Branco, 2008.

BARROS, Helena Heller Domingues de. *Plano Nacional de Transporte Escolar*. Nota Técnica. Câmara dos Deputados, Brasília (DF). Out., 2001.

BRASIL. Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 19 out. 1982. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7044.htm. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. Portaria MIRAD/SEASC nº 20, de 12 de julho de 1988. Declara emancipado o Projeto de Colonização Particular denominado GLEBA CELESTE 5ª. PARTE, situado no Município de Sinop, Estado de Mato Grosso.

_____. Ministério da Saúde. DATASUS. População Residente - Mato Grosso. Município Cláudia. Período 1991. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/popmt.def>. Acesso em: 01 ago. 2014.

CAMPANA, Luís Antônio Coelho. *Luís Antônio Coelho Campana: depoimento 2*. [29 de fev. 2004]. Entrevistadora: Cristinne Leus Tomé. Cláudia, MT, 2004. 1 microcassete sonoro (33 min 43 seg). Regravado em 1 CD-ROM. Entrevista concedida para a Tese de Doutorado sobre a História da Educação de Cláudia-MT.

CAVENAGHI, Edna Costa. *Edna Costa Cavenaghi: depoimento*. [09 jun. 2004]. Entrevistadora: Cristinne Leus Tomé. Cláudia, MT, 2004. 1 microcassete sonoro (46 min 35 seg). Regravado em 1 CD-ROM. Entrevista concedida para a Tese de Doutorado sobre a História da Educação de Cláudia-MT.

GALLO, Solange Leda. *Discurso da escrita e ensino*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

MORENO, G. A Colonização no século XX. In: MORENO, G.; HIGA, T. C. S. (Org.). *Geografia de Mato Grosso: Território, Sociedade, Ambiente*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

TOMÉ, Cristinne Leus.

PALHARIN, Maria Benedita. *Maria Benedita Palharin*: depoimento [29 fev. 2004]. Entrevistadora: Cristinne Leus Tomé. Cláudia, MT, 2004. 1 microcassete sonoro (1 h 02 min 53 seg). Regravado em 1 CD. Entrevista concedida para a Tese de Doutorado sobre a História da Educação de Cláudia-MT.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

_____, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 61-161.

STRENTZKE, Izolda. *Inajá, homem-natureza, geração e tucum: uma análise da proposta pedagógica de 1987 a 2000*. 2011. 130 f.; il. (algumas color.). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá.

TITTON, Melchior. *Melchior Titton*: depoimento. [29 fev. 2004]. Entrevistadora: Cristinne Leus Tomé. Cláudia, MT, 2004. 1 microcassete sonoro (18 min 08 seg). Regravado em 1 CD-ROM. Entrevista concedida para a Tese de Doutorado sobre a História da Educação de Cláudia-MT.

TOMÉ, Cristinne Leus. *“Eu não sou professor, não”*: a presença do professor na cidade de Cláudia entre 1978 e 1988. 2009. 316 f.;il. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto Alegre.

VOLLBRECHT, Vilson. *Vilson Vollbrecht*: depoimento. [29 fev. 2004]. Entrevistadora: Cristinne Leus Tomé. Cláudia, MT, 2004. 1 microcassete sonoro (1 h 07 min 33 seg). Regravado em 1 CD-ROM. Entrevista concedida para a Tese de Doutorado sobre a Educação de Cláudia-MT entre 1979 e 1988.

Data de recebimento: 18/02/2015

Data de aceite: 30/04/2015